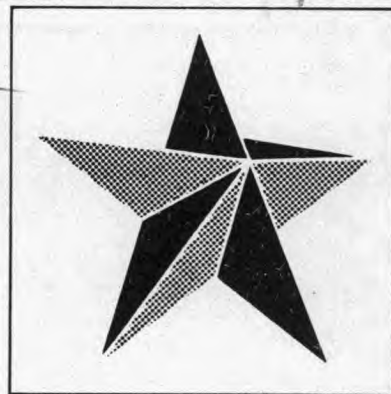


Pastor Pres

BRAN, 353 A43. PDI. 9. 10. 116

USIS INFORMA

preparado pelo Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados
Unidos da América-Brasília-D.F.



Nº 25

NESTA EDIÇÃO:

A ASI

20.10.72

Ilhe

Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

ANDREW YOUNG FALA SOBRE RELAÇÕES NORTE-SUL

Partindo da convicção de que uma nova ordem econômica internacional será necessariamente uma árdua luta diplomática, o Embaixador Young faz um levantamento dos resultados já obtidos nos trabalhos da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional e assuntos que ainda permanecem pendentes.

MC GEE FALA SOBRE DIREITOS HUMANOS

O Representante dos EUA na OEA diz-se satisfeito com o interesse geral pelo tema dos direitos humanos, traduzido no tempo e esforço despendido na discussão desse delicado assunto na Assembléia Geral da OEA.

.o.

Carla Aug.
10.10.72

DECLARAÇÕES DO EMBAIXADOR ANDREW YOUNG

SOBRE AS RELAÇÕES NORTE-SUL

Segue-se o texto de uma declaração proferida dia 13 do corrente na sessão de recapitulação da 31a. Assembléia Geral das Nações Unidas pelo Embaixador Andrew Young, Representante Permanente dos Estados Unidos junto àquele organismo internacional:

"Sr. Presidente, Sr. Secretário-Geral, um de nossos antepassados escravos disse certa vez que aqueles que desejam liberdade e justiça sem luta desejam safras sem cultivar o solo; chuvas, sem relâmpagos e trovões; a beleza dos oceanos sem seu poderoso bramido. Uma nova ordem econômica internacional será uma luta. Ela não será fácil sob qualquer aspecto. Contudo, graças ao bom senso do presidente da 31a. Assembléia Geral e do co-presidente da Conferência de Cooperação Econômica Internacional (CEI) estamos em condições de fazer dessa, uma luta diplomática.

Encontramo-nos aqui, hoje, a fim de tomar novas providências com vistas à promoção de uma nova ordem econômica internacional -- uma ordem que atenda as necessidades e os interesses de todos os cidadãos do mundo, e incentive a participação de todos em seu desenvolvimento e melhoria. O Governo dos Estados Unidos encontra-se disposto a contribuir com tudo que estiver a seu alcance para a construção de uma nova ordem.

Acredito que há um consenso neste organismo de que esta sessão deveria assinalar o início de uma nova fase de um diálogo econômico internacional contínuo -- um diálogo em que nos empenhamos em um processo de trabalhar no sentido de relações econômicas mais equitativas e produtivas entre os estados.

Meu Governo acredita que a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional contribuiu de maneira decisiva para um diálogo produtivo sobre a cooperação de desenvolvimento entre todos os países, com a qual nos comprometemos na VII Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas. A Conferência não alcançou tudo o que aspirávamos. Porém representou um passo importante rumo à criação de um sistema econômico internacional alicerçado no crescimento, na equidade e na justiça. Esta sessão da Assembléia Geral deveria proporcionar uma avaliação geral do trabalho realizado em Paris e o estímulo para renovados esforços nos inúmeros foros em que negociações poderão dar continuidade às questões não solucionadas.

A Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional favoreceu o diálogo sob vários aspectos significativos. Concordamos sobre um grande número de questões, tal como ficou registrado no comunicado da Conferência. Conseguimos uma compreensão melhor da situação energética internacional e concordamos sobre a necessidade de uma cooperação internacional no fornecimento de energia e para o desenvolvimento. Concordamos em negociar um fundo comum. Concordamos em que o fluxo de recursos para os países em desenvolvimento deve aumentar substancialmente, o que nos compromete a apoiar um aumento generalizado do capital do Banco Mundial e um programa de ação especial destinado a ajudar os países mais pobres. Chegamos a um acordo sobre alimentos e agricultura, quanto à importância de uma infra-estrutura de desenvolvimento, principalmente na África, e relativo a vários aspectos do investimento.

Certamente houve setores em que as opiniões divergentes dos vários participantes não puderam ser superadas. Por exemplo, lamentamos que a questão das dívidas não haja sido solucionada e que não tenham sido acertadas medidas sobre a cooperação energética.

Estamos confiantes em que, com boa vontade de todas as partes, poderão ser encontradas soluções práticas até para os problemas mais difíceis. Devemos ser flexíveis e perseverantes na busca de soluções.

O principal papel da CCEI é seu desempenho em um processo contínuo de estruturação e uma ordem econômica internacional nova e mais equitativa com base no crescimento e expansão globais nos setores econômico e social, maior equidade na distribuição da receita, maior preocupação com as necessidades e direitos humanos básicos e maior participação dos países em desenvolvimento. Como o Secretário de Estado Vance afirmou perante a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, "encerramos uma época em que o problema era saber se deveríamos cooperar. Dar início a um período no qual devemos desenvolver meios e instituições de cooperação. Este o obstáculo que superamos na CCEI."

Neste sentido consideramos que a Conferência de Paris representou um progresso substancial na solução de alguns dos conflitos básicos de atitude que frequentemente caracterizaram o diálogo econômico, no passado. Adquirimos uma nova compreensão sobre a natureza comum dos problemas econômicos mundiais. Citando novamente o Secretário Vance, "as soluções de nossos problemas encontram-se na conscientização de que esses problemas estão vinculados aos do Terceiro Mundo -- e que as aspirações de nossos cidadãos são semelhantes às dele."

Todas as nações deveriam renovar seu compromisso de que este esforço vital e contínuo de fomentar um sistema internacional que proporcione maior crescimento e justiça para todos os povos e nações deve ter um andamento rápido. Como governos, devemos ser flexíveis em nossas atitudes, tendo em mente que uma nova ordem econômica internacional só poderá ser alcançada mediante um consenso cada vez maior, um processo evolutivo que inclua uma disposição constante de adotar novas propostas e, se necessário, descartar ou alterar proposições antigas -- sem nos esquecermos, entretanto, de certos princípios fundamentais.

Ao mencionar esses princípios fundamentais, minha delegação gostaria de deixar claro que nossa aceitação do conceito de uma nova ordem econômica internacional não constitui um exercício de semântica, porém um compromisso de mudança. Não necessito de muito tempo para mencionar alguns dos elementos - chaves envolvidos:

-- Participação equitativa pelos países em desenvolvimento no processo mundial de tomada de decisões econômicas;

-- Garantia de maior estabilidade nos preços e fornecimento de matérias-primas mediante acordos individuais de mercadorias básicas, sempre que adequado;

-- O compromisso da erradicação da fome por intermédio de aumentos na produção de alimentos dos países em desenvolvimento;

-- Desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica dos cidadãos dos países em desenvolvimento por meio de esforços de cooperação e mutuamente benéficos;

-- Facilitação do investimento transnacional e disseminação da tecnologia por meio de, entre outros, um consenso sobre códigos de conduta;

-- Um melhor acesso aos mercados, particularmente dos países desenvolvidos, para os produtos manufaturados dos países em desenvolvimento e também concessão de facilidades a países dessa categoria em busca de capital, dentro de contenções políticas e econômicas realísticas, pelos países desenvolvidos, e

-- Garantia de que a justiça econômica internacional signifique também o atendimento das necessidades humanas básicas, tendo-se sempre em mente que, em última instância, o bem-estar humano é a medida definitiva da conquista de um sistema econômico verdadeiramente justo.

Meu Governo gostaria de deixar claro seu compromisso de debater todas essas questões, e os meios de realizá-lo em foros capazes de produzir resultados. Ao mesmo tempo, desejamos esclarecer que, ao aceitar o conceito de uma ordem econômica internacional, não acreditamos que exista atualmente um acordo sobre todos os seus elementos, nem um plano para a concretização de todas as questões sobre as quais estamos de acordo. Persistem importantes problemas que aguardam solução.

Porém, consideramos que deve haver, de fato, tanto uma renovação do desejo político de obter soluções mutuamente aceitáveis e benéficas como uma reafirmação do realismo necessário para que essas soluções se reflitam no funcionamento da economia mundial, bem como nas resoluções e documentos deste organismo. Cada país pode ter sua visão ideal do que deva ser uma nova ordem econômica internacional. O processo de sua realização acarretará uma conciliação entre os elementos das perspectivas que cada um tem do que seja "o melhor possível". Contudo, se tivermos sempre em mente os objetivos básicos de nossos esforços, o trabalho desta sessão de recapitulação da Assembleia Geral poderá contribuir para um consenso internacional".

- o -

MC GEE FALA SOBRE

DIREITOS HUMANOS NO CONGRESSO DOS EUA

Segue-se o texto do depoimento prestado pelo Representante Permanente dos EUA na Organização dos Estados Americanos (OEA), Embaixador Gale McGee, à Subcomissão de Organizações Internacionais da Câmara de Representantes, dia 15 de setembro de 1977, sobre a questão dos direitos humanos no Hemisfério.

"Sou grato por esta oportunidade de relatar os acontecimentos relacionados com os direitos humanos que tiveram lugar na Sétima Assembleia Geral da OEA realizada em Granada, em junho.

É motivo de grande satisfação que a questão dos direitos humanos tenha prevalecido na Assembleia Geral. Pelo menos, 90 por cento dos esforços da Assembleia e quase todo o seu tempo foi despendido com este assunto delicado, que em ocasiões anteriores tem sido evitado ou tratado com exagerada cautela. Grande parte do crédito de serem os direitos humanos levados à vanguarda dos debates se deve ao esforço concentrado do Presidente Carter e outros dirigentes latino-americanos e caribeanos dedicados à defesa das mais arraigadas tradições de nosso Hemisfério. Orgulho-me em dizer que a delegação dos EUA em Granada trabalhou em estreito contato com os estados de mentalidade semelhante, no sentido de desenvolver uma estratégia para aprovar importantes resoluções destinadas ao fortalecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ratificação do Pacto de San José e, de um modo geral, salientando a causa dos direitos humanos nas Américas.

Temos certos objetivos em Granada e procuramos alcançá-los por intermédio de um trabalho conjunto com numerosas outras delegações dos estados-membros da OEA:

-- Concordamos em que permanecendo juntos, podemos promover os direitos humanos no Hemisfério.

-- Buscando alcançar de modo ativo e bem sucedido a cooperação da maioria dos estados-membros da OEA, evitamos esforços de uns poucos para fazer parecer que os EUA advogavam sozinhos os direitos humanos.

-- Concordamos também em que devemos evitar críticas voltadas para a reestruturação da comissão em detrimento de sua eficiência.

-- Para nos contrapormos a esta iniciativa por parte de alguns estados, ajudamos a patrocinar resoluções, apoiando e endossando as conclusões dos relatórios da IAHR.

Sr. Presidente, a Assembléia Geral da OEA em Granada provou fora de qualquer dúvida que a promoção do respeito pelos direitos humanos é um movimento de ampla base contra o abuso de seres humanos ao qual muitos governos e povos se uniram.

Em Granada, os dirigentes do movimento para o debate e a ação em defesa dos direitos humanos constituíram um apelo aos estados latino-americanos e caribeanos de um sério compromisso com a liberdade. Eu gostaria de conceder atenção especial ao importante trabalho das delegações caribeanas que contribuíram de maneira tão notável para os debates e seus resultados. As três vigorosas resoluções apoiadas e ajudadas por esta coalização dos estados-membros demonstraram que a bandeira dos direitos humanos envolverá muitos dirigentes importantes da região. Tal debate e resoluções sobre direitos humanos foram sem precedentes na OEA e, na verdade, na maioria das organizações internacionais às quais pertencemos.

Ao mesmo tempo, o pronunciamento de abertura do Secretário Vance, seus debates bilaterais com cada um dos Ministros das Relações Exteriores da Assembléia Geral e da atividade desenvolvida por nossa delegação junto à Conferência demonstrou convincentemente aos participantes que os direitos humanos representam uma séria e contínua preocupação para o Governo dos Estados Unidos.

O terrorismo e suas relações com os direitos humanos representam outro objeto de profundo interesse para as delegações em Granada. Concedemos nosso vigoroso apoio à resolução patrocinada pela República Dominicana que dirigiu o foco da atenção para o problema do terrorismo internacional e suas consequências. A resolução da República Dominicana clamava por uma próxima ratificação da convenção da OEA, para prevenir e punir atos de terrorismo contra pessoal de organizações diplomáticas e internacionais, bem como para um contínuo estudo do Conselho Permanente de outras convenções sobre assalto e sequestro no Hemisfério.

Resolução patrocinada pela Argentina, associando problemas de terrorismo e infração de direitos humanos e dando clara prioridade à supressão do terrorismo, foi rejeitada. O Embaixador do México na OEA, Don Rafael de La Colina, fez distinção entre esses dois assuntos com particular eloquência, ao argumentar que a infração dos direitos humanos é crime cometido pelo estado, de natureza individual e legal, enquanto o ato de terrorismo é ofensa contra o estado cometida por um indivíduo. Ambos são crimes mas devem ser encarrados de maneira diferente. A supressão do terrorismo não pode ser desculpa para abuso no campo dos direitos humanos. O Chanceler da Venezuela, Dom Ramon Escovar Salom, resumiu seus pontos de vista das delegações favoráveis aos direitos humanos ao declarar que "a liberdade política é o único antídoto contra o terrorismo". O próprio Secretário Vance declarou em Granada que a maneira mais segura de derrotar o terrorismo é a promoção da justiça em nossas sociedades -- justiça social e econômica.

Os nossos mais vigorosos esforços e os de outras sete delegações foram dirigidos para a aprovação da Resolução 315, elogiando o trabalho da Comissão Internacional dos Direitos Humanos, e recomendando que os estados-membros cooperem com a mesma em maior grau e pedindo maiores recursos que permitam à comissão desempenhar melhor suas funções. A resolução conclui com a afirmação de que "nenhuma circunstância pode justificar a tortura, condenação sumária ou detenção prolongada sem julgamento."

Sr. Presidente, acredito que a resolução 315 é uma medida acurada da real preocupação de uma maioria de países representados em Granada com a defesa dos direitos humanos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresentou seu terceiro relatório, sobre as condições dos direitos humanos no Chile, à Sétima Assembléia Geral. Os Estados Unidos apoiaram a resolução que foi adotada pela Assembléia Geral e insistiram para que o Chile continue cooperando e informando à Comissão

de Direitos Humanos no país.

A Assembléia Geral de Granada voltou a atenção para o problema dos direitos humanos no Hemisfério Ocidental. Alguém poderia indagar por que a matéria preocupa tanto o colegiado da OEA. Penso que é porque cada um dos quatro documentos constitucionais e a própria Carta da OEA se referem aos direitos do homem e do cidadão, o grande legado de nossa civilização greco-romana é um elemento essencial na partilha e história de nossa tradição. Países desta tradição sentem uma vigorosa obrigação de viver de acordo com os valores comuns de respeito aos direitos dos cidadãos perante a liberdade, contra a prisão ilegal, detenção prolongada e formas cruéis de interrogatório e punição.

Sr. Presidente, Granada foi um marco na longa e lenta batalha a favor de padrões mais altos no desempenho dos direitos humanos neste Hemisfério. Mas uma constante melhoria nos próximos anos só será conseguida à custa de grande esforço e estreita cooperação entre estados da OEA de mentalidade semelhante.

Começam a aparecer melhorias no clima dos direitos humanos, não apenas em decorrência do trabalho dos Estados Unidos e outros governos que trabalharam juntos em Granada. Aos poucos são feitas reformas, às vezes com muita relutância, mas estão sendo tomadas providências em numerosos países para acabar com abusos do passado. Um número cada vez maior de escusas pela contínua violação é ouvido na linguagem tradicional hemisférica.

Todos os países estão cômicos de seus próprios valores e orgulhosos de sua própria herança histórica. Um dos mais dramáticos momentos na Assembléia Geral de Granada ocorreu quando o observador permanente da Espanha recebeu o caloroso aplauso de muitas delegações sobre eleições democráticas que tiveram lugar naquela semana. Este gesto simbólico de boas vindas repercutiu no auditório em Granada.

Um sinal de melhoria em curso é a tendência para a adoção da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, O Pacto de San José, que o Presidente Carter assinou em junho e que foi firmado agora por quinze estados e ratificado por quatro -- Costa Rica, Colômbia, Honduras e Venezuela. Onze estados devem ratificar o documento a fim de que ele possa entrar em vigor. O Poder Executivo está formulando as providências necessárias para a ratificação do documento pelo Senado.

Senhor Presidente, senhores membros da Comissão, tenho razões para crer, baseado nos excelentes resultados da Sétima Assembléia Geral da OEA e outros fatos a que já me referi, que os direitos humanos neste hemisfério representam crescente preocupação para uma ampla faixa de estados, dirigentes e povos, e que, longe de estarem sós, os Estados Unidos constituem um membro de uma notável fraternidade nas Américas. A defesa de cidadãos contra a tortura, detenção ilegal, execução sumária ou desaparecimento por conivência oficial são atos abomináveis perante os mais arraigados valores de todos os povos americanos. Tais crimes contra os direitos humanos são o alvo de uma crescente onda de repulsa que se propaga pelo Hemisfério Ocidental, e não devem ser olhados como preocupação exclusiva do Governo dos Estados Unidos.